

## EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*Cremeilda Moreira Santos*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Arlete Ramos dos Santos*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Janete Pereira da Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Rosilda Costa Fernandes*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** No Brasil contemporâneo, o direito à educação se firmou e ficou disponível à toda a população, independente de grupo social. Contudo, com a mudança na estrutura socioeconômica do Brasil, onde o estado voltou-se para os grandes centros urbanos e para a industrialização, o campo rural brasileiro ficou à margem desta sociedade. Apesar disso, os camponeses lutaram frente à esta conquista a partir do movimento social MST. Somente nas últimas décadas, é que a educação oferecida nas localidades rurais começa a ter um olhar especial, onde têm-se que é importante a valoração das especificidades das tradições rurais (educação do campo) e não mais a incorporação de costumes dos centros urbanos (educação rural). A partir desse entendimento, o estado começa a implementar uma série de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação no campo.

**Palavras chave:** Educação do Campo. Educação Rural. Políticas Públicas.

### Introdução

A educação no Brasil surge por volta do ano de 1549 com a chegada dos padres jesuítas em terras brasileiras. Assim, este grupo – vinculado a igreja católica – buscava principalmente promover a expansão do catolicismo em regiões recém descobertas da América, vindo a catequizar os índios brasileiros, ensinando a língua portuguesa e transmitindo os costumes da cultura europeia. Como em toda a história do Brasil, os interesses das classes dominantes sempre se sobressaíram aos dos menos favorecidos, e assim Portugal ao colonizar as terras brasileiras impôs seus hábitos aos indivíduos nativos, promovendo a exclusão de qualquer identidade cultural dos que já habitavam as terras brasileiras. Apesar do caráter doutrinador, os jesuítas possuem importância na história da

educação nacional pois promoveram a criação de diversas escolas que desempenhavam as funções de ensinar a ler, escrever e contar (conhecimentos básicos).

É apenas no início do século XIX, com a chegada da família real no Brasil e posterior independência política que surge a preocupação com a educação, visto que nessa época houve a necessidade de desenvolvimento da cultura e educação. Ainda nesse período, houve a implementação dos primeiros cursos de ensino superior que eram voltados a atender as necessidades da Coroa Portuguesa.

Somente na Constituição outorgada em 1824 pelo então Imperador D. Pedro I é que o direito a educação foi universalizado, estendendo o direito à instrução primária a todos os cidadãos. Contudo, vale ressaltar que nem todos os brasileiros podiam exercer esse direito, visto que negros e escravos alforriados não eram considerados cidadãos. A partir de 1871 com a Lei do Ventro Livre é que a realidade das crianças nascidas e mulheres escravas passam a mudar, visto que a partir daquele momento estas pessoas negras passavam a ser reconhecidos como cidadãos e livres.

Considerando que a Educação exerce um grande poder de transformação em uma sociedade, e que um indivíduo com maior escolaridade é capaz de produzir mais e de exercer múltiplas funções gerando assim mais riquezas, a Educação tornou-se um direito a todos os cidadãos brasileiros, sem nenhum tipo de distinção. Contudo, ter o direito não é o mesmo que conseguir exercê-lo, o acesso às escolas é uma conquista recente para alguns grupos sociais.

Entender e dimensionar a educação como direito humano significa compreender que ela é um direito necessário ao acesso de uma vida digna e humana. E em 2019, ano que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 71 anos, é de fundamental importância reafirmar que todo cidadão tenha pleno acesso à educação, independentemente de sua condição social. Esta declaração – documento internacional, devidamente ratificado pelo Brasil – traz em seu artigo 26 que o ensino elementar é obrigatório e que o técnico-profissional e superior deve ser acessível a todos, estando seu acesso baseado no mérito. A educação foi por muito tempo um direito restrito às camadas elitistas e as classes dominantes e somente após muitas lutas sociais é que a educação se tornou acessível aos demais indivíduos da sociedade.

Com a efetivação do direito ao acesso à educação, graças à luta e enfrentamento de movimentos e organizações sociais, faz-se necessário o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da educação nacional, principalmente no âmbito do acesso aos grupos que antes não eram atendidos com esse direito. Desse modo, no tocante à

educação do campo, é preciso que o estado se atente às demandas da comunidade rural, pois esta deve participar ativamente dos processos de formulação das políticas, visto que é quem usufruirá.

## Referencial Teórico

Desde o período de colonização do Brasil, o campo vem desempenhando papel de destaque, visto que ele é a base para produção de algumas das principais atividades econômicas no país. Até o século XVIII, era no campo que estava localizada a maior parte do contingente populacional, além disso a atividade econômica no Brasil se restringia a área rural. Contudo, com os ideais de modernização e prosperidade vinculados à Revolução Industrial, o cenário brasileiro passou por uma transformação gigantesca, mudando a matriz econômica do país da agricultura para a indústria. Com a industrialização, ocorreu o intenso fluxo migratório das áreas rurais do país para os grandes centros urbanos e assim restou ao setor rural uma conceituação de atraso, o que também contribuiu para a periferização destas áreas.

A sociedade brasileira foi constituída sob o viés do capital, com a expropriação de terras e conseqüentemente dos meios de subsistência, e com a intensa exploração das forças de trabalho. Assim, o sistema político-econômico sempre determinou os caminhos da sociedade, onde a elite da sociedade era quem determinava os padrões sociais e quem detinha o poder do controle social, vindo a reprimir qualquer tentativa que fosse de encontro aos padrões já estabelecidos. E nesta época não foi diferente, inclusive a nova configuração socioeconômica do país buscou através da educação fortalecer as suas bases:

A preocupação na época não era de que a educação fosse para todos e de que os camponeses fossem atendidos no direito à educação. O desenvolvimento industrial era o “carro chefe”, apontando diretrizes às escolas primárias em propriedades rurais que seriam aproveitadas posteriormente nas indústrias instaladas nas cidades. (FERREIRA & BRANDÃO, 2011, p.8).

A educação, apesar de ser um direito universal assegurado pela Constituição Federal de 1988, não previa explicitamente a oferta da Educação do/no campo. Contudo, a carta magna abriu caminho para a luta pelos direitos sociais, evidenciando a necessidade de atendimento à população camponesa e de outras comunidades tradicionais. Segundo Molina (2011, p.11),

a Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio.

Ainda segundo Molina (2011, p. 11), todas essas lutas propostas pelos trabalhadores em prol do pleno exercício do direito à educação e ao conhecimento é parte do conjunto de estratégias de resistência organizada pelo Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde este movimento busca manter seus territórios, cultura e costumes, bem como hábitos de vida e trabalho, garantindo assim a preservação de suas identidades. O MST, trata-se de um coletivo de suma importância na história da educação do campo e no fortalecimento da agricultura familiar e está organizado em vinte e quatro estados do país, ao longo das cinco grandes regiões. O objetivo principal desse movimento consiste na luta por uma reforma agrária justa, visto que na estrutura fundiária do Brasil ocorre uma intensa concentração de terras, onde segundo a organização Oxfam Brasil, 0,91% das grandes propriedades ocupam mais de 45% da área total rural do país. Este fator é um grande intensificador da desigualdade social brasileira.

Considerando que no Brasil, a maioria dos legisladores são também os donos do capital ou seus defensores, o MST desempenhou/desempenha um importante papel no enfrentamento pela garantia de direitos e na resistência contra os desmandos dos ruralistas e dos grandes latifundiários. Por esse, entre outros motivos, este movimento social é tido por Marlene Ribeiro (2010) como “sujeitos sociais, mais propriamente ditos, sujeitos políticos coletivos”. A bancada ruralista e os princípios capitalistas da economia nacional se legitimaram como instrumentos de exclusão social. Este movimento social foi quem lutou por políticas de desenvolvimento que propiciaram a permanência do homem do campo no campo, e que resistiram inclusive aos massacres e ataques de milícias armadas contratadas pelos latifundiários.

Os coletivos, sindicatos e movimentos sociais como o MST, são organizações capazes de promover a (re)construção do passado, presente e futuro de suas respectivas classes, fomentando o engajamento político social e lutando pela democratização da gestão e do acesso aos espaços de poder. Além disso, essas instituições desempenham papel importante na cultura de seus representados, pois elas através do fortalecimento da

coletividade ainda consegue promover a manutenção dos laços identitários e da memória dos indivíduos que representa.

A luta em prol da educação do campo, surge como reação à política educacional, que sob o nome de Educação Rural, propiciava a expansão das desigualdades sociais, visto que neste modelo de educação ofertado no campo, o currículo era construído de modo que após a formação dos discentes, o conhecimento pudesse vir a ser utilizado nos centros urbanos. Assim, segundo Ribeiro (2012, p. 293), um fato que contribuiu para precariedade das escolas localizadas na zona rural foi o fato de que “para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas”. E ainda segundo a autora, o sistema não se propõe a adequar a escola rural aos modos de vida e especificidades dos camponeses e suas famílias.

A prática pedagógica desenvolvida nas escolas do campo, deve se atentar a desenvolver um trabalho emancipador, mostrando aos alunos que todos detêm o direito ao espaço de fala e o devem utilizar. Além disso, cabe aos educadores estimularem o desenvolvimento da consciência de classe, para que os sujeitos se envolvam nas lutas sociais de seus movimentos e/ou de sua comunidade. Apesar da classe trabalhadora rural estar organizada sob um viés defensivo dado às inúmeras opressões e perseguições, é necessário que busque mudar essa condição passiva e passe a ser um movimento ofensivo/ativo na luta por seus direitos. Somente com um coletivo organizado e ciente de sua condição, será possível promover a luta contra o analfabetismo no campo, as desigualdades de gênero, a fome, a concentração fundiária e a exploração do trabalho.

O campo rural brasileiro sofre com uma caracterização equivocada e generalizada de miséria e sofrimento e por consequência é alvo da marginalização social. E nesse contexto surge a necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais do país. Essas políticas públicas se dão nas mais diversas áreas, o que é de extrema importância, visto que para que haja a manutenção da população rural em suas respectivas comunidades faz-se necessário o olhar para as esferas sociais, econômicas e ambientais de forma que estas estejam inter-relacionadas.

Assim, o estado brasileiro institui uma série de programas, como por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que consiste na concessão de crédito rural aos agricultores familiares através de financiamentos bancários, propiciando assim o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das famílias que a

praticam. O PRONAF vai além da esfera econômica visto que articulado com outras políticas oferece o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, permitindo assim consequentes melhorias na vida das famílias rurais, além de possuir modalidades em seu financiamento que fomentam o acesso e permanência de jovens das comunidades rurais em programas de ensino técnico/profissional e superior. Outras ações que propiciam a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais é a implementação de Unidades Básicas de Saúde com a oferta de consultas médicas regulares à população destas áreas. E uma vez garantida uma boa qualidade de vida, não haverá motivos para que os camponeses deixem suas terras em busca de melhores condições nas cidades.

Para satisfazer as demandas pertinentes à esfera socioambiental, o estado vale-se principalmente da educação nos espaços formais e não formais. O desenvolvimento de políticas no âmbito educacional para atender os interesses sociais das comunidades camponesas só foi possível graças às lutas e enfiamentos inicialmente vivenciados pelos camponeses, principalmente aqueles engajados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Assim, segundo Caldart (2012) o MST foi uma importante organização na elaboração e implementação da Educação do Campo, que inicialmente fora designada como Educação Básica do Campo e que confrontou os modelos civilizatórios de escolas impostos pela modernização e industrialização das cidades.

As diversas políticas públicas educacionais desenvolvidas consistem em ações articuladas visando a melhoria da qualidade e oferta do ensino nas escolas do campo, através da formação de docentes, melhorias nas estruturas das escolas e condições de permanência dos educandos, bem como a produção de materiais pedagógicos que atendam as especificidades da zona rural.

Algumas políticas que propiciaram melhorias e consequente desenvolvimento da educação ofertada no campo foram: 1) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que consiste na oferta de cursos para cidadãos atendidos pelo programa de reforma agrária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nas modalidades da educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores de graduação e pós-graduação; 2) PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares com idade entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Uma importante característica do PROJOVEM Campo é que este, assim como alguns cursos do PRONERA, funciona em regime de alternância intercalando tempo-escola e

tempo-comunidade, valorizando assim o conhecimento prático e as tradições da comunidade, permitindo que esta tenha um retorno do conhecimento científico produzido nas academias e espaços formais de educação. Além disso, o programa permite a flexibilização de suas ações por parte dos estados e municípios, por exemplo, permitindo que esses façam às adequações às características e calendários agrícolas da região.

Outra política pública de fundamental importância para o avanço da Educação do Campo foi o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) – instituído pelo decreto federal nº 7.352/2010, que consiste num conjunto de ações articuladas que atendem a gestão e práticas pedagógicas, a formação inicial e continuada de professores, a educação de jovens e adultos e educação profissional, bem como a infraestrutura física e tecnológica.

O PRONACAMPO propiciou a implementação de importantes programas como o:

- 1) Mais Educação Campo, que consiste na disponibilização de recursos destinados à ampliação da jornada diária dos alunos fomentando à educação em tempo integral nas escolas do/no campo;
- 2) PNLDCampo, que consiste na distribuição de materiais didáticos específicos para o campo permitindo o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada com a realidade do campo e saberes das comunidades;
- 3) EJA Saberes da Terra, que objetiva elevar o grau de escolaridade dos jovens e adultos moradores das comunidades rurais;
- 4) PRONATEC Campo, que busca promover a inserção de jovens e trabalhadores do campo em cursos de formação inicial e continuada através de cursos técnicos e de qualificação profissional;
- 4) PDDE Campo, que consiste na disponibilização do dinheiro direto para a escola, para que esta possa vir a fazer melhorias em sua infraestrutura física a fim de melhorar a qualidade do ensino;
- 5) PDDE Água, que disponibiliza o dinheiro direto na conta da escola para que essa faça as adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário;
- 6) Transporte escolar, que busca a garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo, com o menor tempo possível no percurso residência–escola;
- 7) Inclusão digital, que consiste em promover à inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo através da disponibilização de computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.

Além de todas essas ações supracitadas, o PRONACAMPO ainda busca propiciar a formação inicial e continuada dos professores através do PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo e do Programa Saberes da Terra, além disso com a implementação do PRONACAMPO, foi possível a conquista quanto

à regulação inclusive de normas e procedimentos para o fechamento de escolas do campo por parte das redes de ensino.

Cabe ressaltar, que mesmo conseguindo exercer seus direitos, a população camponesa e principalmente aqueles indivíduos ligados aos movimentos sociais, sofreu e sofre discriminação por parte da elite conservadora do país. Um exemplo disso é no tocante às universidades, que inicialmente eram exclusivas da/para a elite econômica e intelectual brasileira, mas que hoje já sofreu algumas mudanças e está aberta a todos. E considerando esses fatos, uma importante política pública implementada nacionalmente e que busca reparar este período de exclusão é a utilização de cotas para o ingresso nas IES, atualmente há cotas (vagas reservadas especificadamente) para indígenas e quilombolas.

## **Resultados e discussão**

Considerando que o acesso à educação é um direito humano e fundamental, regulamentado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas em 1948 através da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Brasil através da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o exercício desse direito por parte das camadas sociais marginalizadas é recente, tendo esses grupos socialmente excluídos da participação política a efetivação desse direito nas duas últimas décadas.

Desse modo, é de fundamental importância a continuidade de pesquisas no tangente a educação do campo, no sentido de garantir que o ensino ofertado seja realmente voltado para o campo, coibindo a prática da escola rural que não valoriza a cultura e identidade camponesa. Nesse sentido Caldart, afirma que é necessário uma,

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. (CALDART, 2003, p. 13).

Segundo Brasil (2010), as políticas públicas voltadas para o campo desenvolvidas no âmbito educacional devem respeitar a diversidade e as especificidades sociais, culturais e ambientais do campo, além de estarem comprometidas com o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Desse modo faz-se necessário que a Educação do Campo seja planejada para e com a comunidade rural, onde segundo o decreto nº 7.352/2010 que dispõe

sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária deve ocorrer a:

valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; (BRASIL, 2002)

São muitas as políticas públicas, programas e ações articuladas voltadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da oferta da educação do campo. Contudo, resta saber se essas ações estão realmente sendo efetivadas e qual é o nível de acesso a estes programas. Dada a realidade brasileira, sabe-se que nem todas as comunidades camponesas conseguem ter acesso e fazer o uso de todos os recursos e políticas citados neste trabalho. E diante desse cenário, é de extrema importância que o governo federal junto com estados e municípios busquem integrar e universalizar suas ações a fim de que estas consigam atender ao maior número possível de seu público-alvo.

Além disso, faz-se necessário ainda que os entes federativos se comprometam em respeitar e valorizar a educação nacional, buscando inclusive cumprir as metas estabelecidas nos planos nacional, estaduais e municipais de educação. O incentivo a formação continuada e a valorização dos docentes das áreas rurais, é um dos caminhos a serem seguidos na busca por uma educação do campo de qualidade. Outro aspecto a ser observado e que é uma realidade no país, diz respeito as classes multisseriadas, onde os docentes lecionam para diferentes séries e ciclos no mesmo ambiente e no mesmo horário, fato que pode vir a prejudicar a aprendizagem dos educandos.

É necessária a emergência da classe trabalhadora rural na sociedade, de modo que esta reconheça o seu papel e a sua força política e social e deixe de ser apenas uma parte subordinada e explorada pelo capital. Pois só através da igualdade e da liberdade será possível exercer a cidadania de forma emancipatória e satisfatória na sociedade, promovendo o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais do Brasil. E uma das ferramentas capaz de propiciar a organização e o levante popular dessa força social é a educação. Por isso, cabe aos levantes populares fiscalizarem as ações das redes de ensino no tocante a possíveis arbitrariedades, por exemplo, no tocante ao fechamento e nucleação de escolas do campo.

Somente com uma educação do campo, onde ocorra a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo é que poderemos ter o fortalecimento da

identidade camponesa e consequente desenvolvimento da educação nas comunidades rurais. Assim os currículos escolares das escolas rurais e o conjunto de materiais pedagógicos devem estar voltados para a valorização social, cultural, econômica e política dos indivíduos camponeses. As atividades desenvolvidas dentro do ambiente escolar, dado a sua influência na vida dos indivíduos, devem estar ancoradas nos saberes próprios dos estudantes, também na memória coletiva da comunidade, assim teremos além do fortalecimento da identidade rural, o estímulo à luta por direitos e consequente melhoria da qualidade de vida destes indivíduos. É importante para o desenvolvimento das comunidades rurais, que os professores dessas localidades fomentem a formação de sujeitos ativos e participativos, inserindo sempre que possível no currículo escolar a importância, contexto e conquistas dos diversos movimentos sociais.

### Referências bibliográficas

BARROSO, João. *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. *Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA*. Diário Oficial da União - 5/11/2010.

CALDART, Roseli Salet. *A Escola do campo em Movimento*. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p.60-81, Jan/Jun 2003.

FERREIRA, Fabiano de Jesus & BRANDÃO, Elias Canuto. *Educação do Campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta*. Revista Eletrônica de Educação, Londrina, Ano V, n. 09, jul./dez. 2011

MOLINA, Mônica Castagna & SÁ, Lais Mourão. *Escola do campo*. IN: CALDART, Roseli Salet, et al (org). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

REIS, Neila da Silva. *Políticas Educacionais do Campo: Percurso Preliminar*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 124-148, out. 2011.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. *The pedagogy of alternation in rural/country education: competing projects*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 1, Jan. – Abr. 2008.

SANTOS, Arlete Ramos dos. *Educação do Campo*. Ilhéus, EAD-UAB/UESC, Editus, 2013.

SANTOS, Clarice Aparecida (org). *Por uma educação do campo*. 1ª ed. Brasília, NEAD/MDA, 2008.

SILVA, Maria Vieira & SILVA, Astrogildo Fernandes. *Políticas Educacionais para a Educação do Campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p. 314-332, Set. 2012.

### SOBRE AS AUTORAS

#### **Cremeilda Moreira Santos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Professora da educação básica na rede municipal de ensino de Barra do Choça – BA; Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Claretiano e em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Montenegro. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: cleo\_moreira8@hotmail.com

#### **Arlete Ramos dos Santos**

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); E-mail: arlep@hotmail.com

#### **Janete Pereira da Silva**

Aluna dos cursos de especialização em Educação e Diversidade Étnico-Cultural da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Direitos Humanos e Contemporaneidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora da educação básica na rede municipal de ensino de Planalto – BA; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Montenegro. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: pereirajanete12@yahoo.com.br

#### **Rosilda Costa Fernandes**

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade -GPEMDEC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Especialista em Matemática pela UESB, Especialista em Metodologias Aplicadas à Educação, na Área de Matemática, Ciências e suas Tecnologias pela Universidade Internacional de Curitiba; Licenciada em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; E-mail: fernandesrosilda@bol.com.br